

# Sumário

---

<b>Introdução .....</b>	<b>19</b>
<b>1 Microsistema de solução consensual de conflitos para o poder público .....</b>	<b>23</b>
1. O MITO DA INTRANSIGIBILIDADE EM QUESTÕES DE INTERESSE PÚBLICO.....	23
2. O NOVO MODELO DO DIREITO ADMINISTRATIVO E A MAIOR ABERTURA PARA A AUTOCOMPOSIÇÃO.....	25
3. SOBRE AS DIVERSAS FORMAS DE RESOLUÇÃO DE CONFLITOS E O INCENTIVO À BUSCA DE MEIOS AUTOCOMPOSITIVOS .....	30
4. AS ESPÉCIES DE INSTRUMENTOS DE AUTOCOMPOSIÇÃO E SUA UTILIZAÇÃO PELO PODER PÚBLICO: CONCILIAÇÃO, MEDIAÇÃO E NEGOCIAÇÃO .....	33
5. AUTOCOMPOSIÇÃO EM MATÉRIA DE DIREITO PÚBLICO.....	36
5.1. Um desafio: a compatibilização dos princípios da administração pública na resolução consensual de conflitos pelo poder público .....	43
5.2. Eventuais desafios práticos para o desenvolvimento de uma cultura de consenso .....	47
6. A CONCEPÇÃO DE UM MICROSSISTEMA.....	49
<b>2 O art. 26 da LINDB como cláusula geral para a realização da autocomposição pela administração pública .....</b>	<b>55</b>
1. GENERALIDADES.....	55
2. A NOMENCLATURA UTILIZADA PELA LEGISLAÇÃO PARA PERMITIR A AUTOCOMPOSIÇÃO .....	56
3. O DIREITO PÚBLICO E A AMPLITUDE INTERPRETATIVA DO ART. 26 DA LINDB.....	57
4. ATOS QUE PODEM SER ALVO DE COMPROMISSO.....	59
4.1. Os acordos substitutivos e integrativos .....	61

5.	LEGITIMAÇÃO PARA REQUERER E PARA CELEBRAR O COMPROMISSO .....	63
6.	ENTRE O COMPROMISSO DA LINDB E O COMPROMISSO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA.....	64
7.	A EXIGÊNCIA DE OBSERVAÇÃO DA “LEGISLAÇÃO APLICÁVEL” .....	65
8.	PROCEDIMENTO DO ACORDO – REQUISITOS FORMAIS .....	67
9.	CONTEÚDO E REQUISITOS DO COMPROMISSO.....	71
9.1.	O dever de justificação.....	71
9.1.1.	O dever de impessoalidade, o compromisso e o precedente administrativo.....	73
9.2.	Cláusulas vedadas.....	77
10.	CONCLUSÃO DO CAPÍTULO .....	78
<b>3</b>	<b>A sistemática extrajudicial de resolução consensual de conflitos pelo poder público.....</b>	<b>81</b>
1.	GENERALIDADES.....	81
2.	O INCENTIVO À CRIAÇÃO DE CÂMARAS DE MEDIAÇÃO E CONCILIAÇÃO PELOS ENTES PÚBLICOS .....	81
2.1.	Os múltiplos modelos de formação das câmaras de conciliação e de mediação .....	82
3.	AS COMPETÊNCIAS DAS CÂMARAS E OS CONFLITOS ENTRE ENTES FEDERATIVOS.....	84
4.	A LEI N. 13.140/2015 E A SOLUÇÃO CONSENSUAL DE CONFLITOS NO ÂMBITO ADMINISTRATIVO .....	84
4.1.	Regras gerais da solução consensual de conflitos no âmbito administrativo .....	85
4.2.	Aplicação temporária dos demais procedimentos de solução consensual de conflitos .....	86
4.3.	Juízo de admissibilidade do procedimento de mediação.....	86
4.4.	Transação por adesão .....	88
4.5.	Conflitos entre órgãos ou entidades de direito público que integrem a Administração Pública federal.....	91
4.5.1.	A quase obrigatoriedade da resolução extrajudicial dos conflitos envolvendo integrantes da Administração Pública federal.....	92
4.5.2.	Utilização da estrutura da Advocacia-Geral da União para a composição extrajudicial de conflitos por outras pessoas jurídicas.....	93
4.6.	Controvérsias que envolvam tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil ou créditos inscritos em dívida ativa da União .....	93

5.	A REGULAÇÃO DAS CÂMARAS DE AUTOCOMPOSIÇÃO NOS ESTADOS E MUNICÍPIOS .....	95
5.1.	Composição das câmaras .....	97
5.2.	Impedimento e suspeição.....	99
5.3.	Juízo de admissibilidade.....	101
5.4.	O procedimento.....	104
5.5.	Quem decide sobre o acordo.....	105
6.	A CONFIDENCIALIDADE E O PRINCÍPIO DA PUBLICIDADE NA RESOLUÇÃO CONSENSUAL DE CONFLITOS PELO PODER PÚBLICO.....	106
<b>4</b>	<b>Novo paradigma da autocomposição em Direito Público: a transação tributária.....</b>	<b>111</b>
1.	GENERALIDADES .....	111
2.	TRANSAÇÃO EM MATÉRIA TRIBUTÁRIA .....	113
2.1.	Três razões fundamentais para o sucesso da transação tributária .....	115
2.1.1.	A redução de litigiosidade.....	115
2.1.2.	A redução dos custos de transação.....	115
2.1.3.	As vantagens recíprocas.....	120
2.2.	Transação tributária e parcelamento tributário .....	121
3.	A TIPOLOGIA DA TRANSAÇÃO EM ÂMBITO FEDERAL .....	124
3.1.	Modalidades.....	124
3.2.	Eixos .....	126
4.	O REGRAMENTO DA LEI N° 13.988/2020.....	134
4.1.	Critérios gerais para a celebração da transação tributária e a eventual autovinculação da Administração Pública .....	135
5.	REGULAÇÃO DA TRANSAÇÃO TRIBUTÁRIA PELA UNIÃO .....	139
5.1.	A transação no contencioso tributário .....	142
5.2.	A transação e os créditos inscritos em dívida ativa: em busca de soluções para a crise econômica.....	147
6.	CONCLUSÃO DO CAPÍTULO .....	151
<b>5</b>	<b>Autorregramento da vontade no processo: convenções processuais e poder público.....</b>	<b>155</b>
1.	GENERALIDADES .....	155
2.	A PREVALÊNCIA DO AUTORREGRAMENTO DA VONTADE NO CPC... ..	155
2.1.	Os negócios processuais no contexto da consensualidade da Administração Pública.....	157
3.	FIRMANDO ALGUMAS PREMISSAS – OS REQUISITOS PARA A VALIDADE DA NEGOCIAÇÃO .....	158
3.1.	Direitos que admitam autocomposição .....	159

3.2. Partes plenamente capazes.....	160
3.3. Antes ou durante o processo .....	161
4. CONTROLE DA VALIDADE DOS NEGÓCIOS PROCESSUAIS PELO MAGISTRADO E A HOMOLOGAÇÃO DOS NEGÓCIOS PROCESSUAIS .....	162
4.1. Intervenção mínima e controle da validade dos negócios processuais .....	167
5. NEGÓCIOS PROCESSUAIS E A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.....	169
5.1. Limites à celebração de negócios processuais pela Fazenda Pública .....	171
5.2. Disposição de prerrogativas pela Fazenda Pública .....	173
6. SOBRE AS PORTARIAS PGFN N° 360/2018 E N° 742/2018.....	176
7. NEGÓCIOS SOBRE PROCESSOS <i>INDETERMINADOS MAS DETERMINÁVEIS</i> – OS PROTOCOLOS INSTITUCIONAIS .....	181
7.1. A previsão legal sobre os <i>protocolos institucionais</i> e um caso paradigmático.....	184
8. CONCLUSÃO DO CAPÍTULO .....	188
<b>6 Arbitragem.....</b>	<b>189</b>
1. INTRODUÇÃO .....	189
2. A ARBITRAGEM, O PODER PÚBLICO E OS DIREITOS PATRIMONIAIS DISPONÍVEIS.....	190
3. IDENTIFICAÇÃO DA AUTORIDADE APTA A CELEBRAR A CONVENÇÃO DE ARBITRAGEM.....	193
4. MOMENTO DE CELEBRAÇÃO DA ARBITRAGEM.....	194
5. LIMITES À CONVENÇÃO DE ARBITRAGEM PELO PODER PÚBLICO....	195
6. PUBLICIDADE E ARBITRAGEM.....	196
7. CUSTAS E DESPESAS.....	197
8. PROCEDIMENTO DA ARBITRAGEM .....	198
9. ESCOLHA DA CÂMARA DE ARBITRAGEM E DOS ÁRBITROS .....	200
10. PRERROGATIVAS DO PODER PÚBLICO E A ARBITRAGEM.....	201
11. FORMA DE CUMPRIMENTO DA SENTENÇA ARBITRAL.....	203
<b>7 Manifestações específicas de consensualidade .....</b>	<b>209</b>
1. GENERALIDADES.....	209
2. PARTICIPAÇÃO DOS ENTES PÚBLICOS NAS AUDIÊNCIAS DE CONCILIAÇÃO E MEDIAÇÃO – ART. 334 DO CPC.....	209
2.1. Efetiva possibilidade de o poder público se submeter à autocomposição .....	210
2.1.1. Eficiência no trato das hipóteses expressas de vedação de solução consensual.....	212
2.2. Casos em que o poder público atua em litisconsórcio.....	214

---

2.3. A opção do CPC por fomentar a participação do Estado na conformação de soluções consensuais .....	215
3. PROGRAMA FEDERATIVO DE ENFRENTAMENTO AO COVID-19.....	216
3.1. Efeitos processuais da <i>renúncia</i> ao direito como requisito para receber os repasses da União.....	218
4. LEI DE LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS.....	219
4.1. Negociação de melhor proposta com o primeiro colocado ...	220
4.2. Utilização de meios adequados de solução e prevenção de controvérsias.....	222
4.2.1. Comitê de resolução de disputas ou Dispute Boards...	224
4.2.1.1. Atuação em contratos de direito público .....	227
4.2.1.2. Modalidades .....	228
4.2.2. Extinção consensual dos contratos administrativos por meio das técnicas adequadas se solução de conflitos.....	230
5. A AUTOCOMPOSIÇÃO PELO PODER PÚBLICO E A SISTEMÁTICA DE PAGAMENTOS POR MEIO DE PRECATÓRIO OU REQUISIÇÃO DE PEQUENO VALOR.....	230
6. AS MÚLTIPLAS POSSIBILIDADES DE UTILIZAÇÃO DE CRÉDITOS LÍQUIDOS E CERTOS DEVIDOS PELA FAZENDA PÚBLICA.....	233
6.1. O procedimento para utilização dos créditos.....	238
6.1.1. O procedimento para reserva e baixa dos valores no Poder Judiciário.....	239
6.1.2. O procedimento para utilização dos créditos no âmbito da União .....	243
6.1.3. A possibilidade de celebração de acordos e a utilização de créditos líquidos e certos de precatórios.....	247
6.2. Aproveitamento consensual de valores devidos por um ente a outro .....	249
<b>Conclusão .....</b>	<b>253</b>
<b>Bibliografia .....</b>	<b>255</b>